

PROJETO ÁREAS MARINHAS COSTEIRAS PROTEGIDAS GEF MAR

Especificação para contratação de Pessoa Jurídica visando executar serviço de corte raso em área de pínus jovens.

1. Contexto

O Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF Mar é um projeto do governo federal, criado e implementado em parceria com instituições privadas e sociedade civil, para promover a conservação da biodiversidade marinha e costeira. O projeto busca apoiar o estabelecimento, ampliação e implementação de um Sistema globalmente significativo, representativo e eficaz de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (AMCPs) no Brasil, e identificar mecanismos para a sua sustentabilidade financeira, a fim de reduzir a perda de biodiversidade marinha e costeira. Este sistema integra diferentes categorias de Unidades de Conservação (UCs) e outras medidas de conservação baseadas em área, sob diferentes estratégias de gestão.

O Governo Federal implementa o Projeto GEF-Mar por meio de uma parceria técnico financeira com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), sendo financiado com recursos provenientes do Termo de Compromisso nº 1777032 entre Petrobrás e IBAMA, como parte da compensação ambiental para adequação das plataformas marítimas de produção da empresa em relação ao descarte de água de produção, conforme conteúdo constante do Processo IBAMA 02001.000128/2018-26. Os recursos são geridos financeira e operacionalmente pelo Funbio por meio dos Acordos de Contribuição Financeira Não Reembolsável celebrados entre o FUNBIO e a Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras com anuência do Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, em 31/10/2018 e em 29/09/2022, nos valores respectivos de sessenta e quarenta milhões de reais. O Projeto é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e executado pelo ICMBio. O Funbio - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade atua desde 1995 em todo o território nacional, sendo a Instituição responsável pela gestão dos recursos financeiros do Projeto, adquirindo bens e contratando serviços.

PROJETO ÁREAS MARINHAS COSTEIRAS PROTEGIDAS GEF MAR

O Parque Nacional da Lagoa do Peixe, localizado no litoral sul do Estado do Rio Grande do Sul, tem como objetivo principal proteger amostra dos ecossistemas litorâneos da região da Lagoa do Peixe e, particularmente, proteger as aves migratórias, que encontram na Lagoa do Peixe e região condições adequadas para alimentação, repouso e reprodução. As características peculiares e os atributos ecológicos de seus ambientes lhe conferem o status de Reserva da Biosfera, Sítio Ramsar e Reserva Internacional das Aves Limícolas. O PARNA foi criado em 6 de novembro de 1986, através do Decreto Federal nº 93.546.

A gestão do Parque Nacional da Lagoa do Peixe trabalha no manejo e na conservação da área protegida, tanto em ambiente terrestre, lagoas e em ambiente marinho, visando minimizar os impactos da pressão antrópica na unidade, tais como: pínus, pesca, turismo, regularização fundiária, dentre outras ações. Tendo o PNLP como um de seus objetivos preservar seus ambientes naturais, a presença de espécies exóticas invasoras em seu interior, especialmente de *Pinus sp*, se mostra como um grande problema ambiental para a Unidade, especialmente acentuado potencial invasor de áreas abertas.

A presença da espécie exótica invasora *Pinus sp*, no interior da Unidade de Conservação, é um problema antigo, tanto que o Ministério Público Federal-MPF ajuizou no ano de 2006, uma ação civil pública (ACP 2006.71.00.013259-2/RS) em face ao IBAMA para que o órgão ambiental na época, tomasse medidas para controle e erradicação da espécie exótica invasora *Pinus sp*, no interior do Parque Nacional da Lagoa do Peixe-PNLP.

Portanto, desde o ano de 2006, o IBAMA e posteriormente o ICMBio, vem adotando ações de controle no sentido alcançar a erradicação da exótica no interior da unidade de conservação. No ano de 2014 houve sentença em primeira instância, que a seguir transitou em julgado, determinando que a autarquia ambiental implementasse um plano de erradicação do pínus. Tal plano está em curso desde 2014 e vem desenvolvendo ações coordenadas pelo ICMBio visando atingir a eliminação da exótica invasora pínus.

Grandes áreas já foram cortadas, e posteriormente manejadas com queima prescrita, conforme mostrado no mapa da Figura 1, a seguir.

PROJETO ÁREAS MARINHAS COSTEIRAS PROTEGIDAS GEF MAR

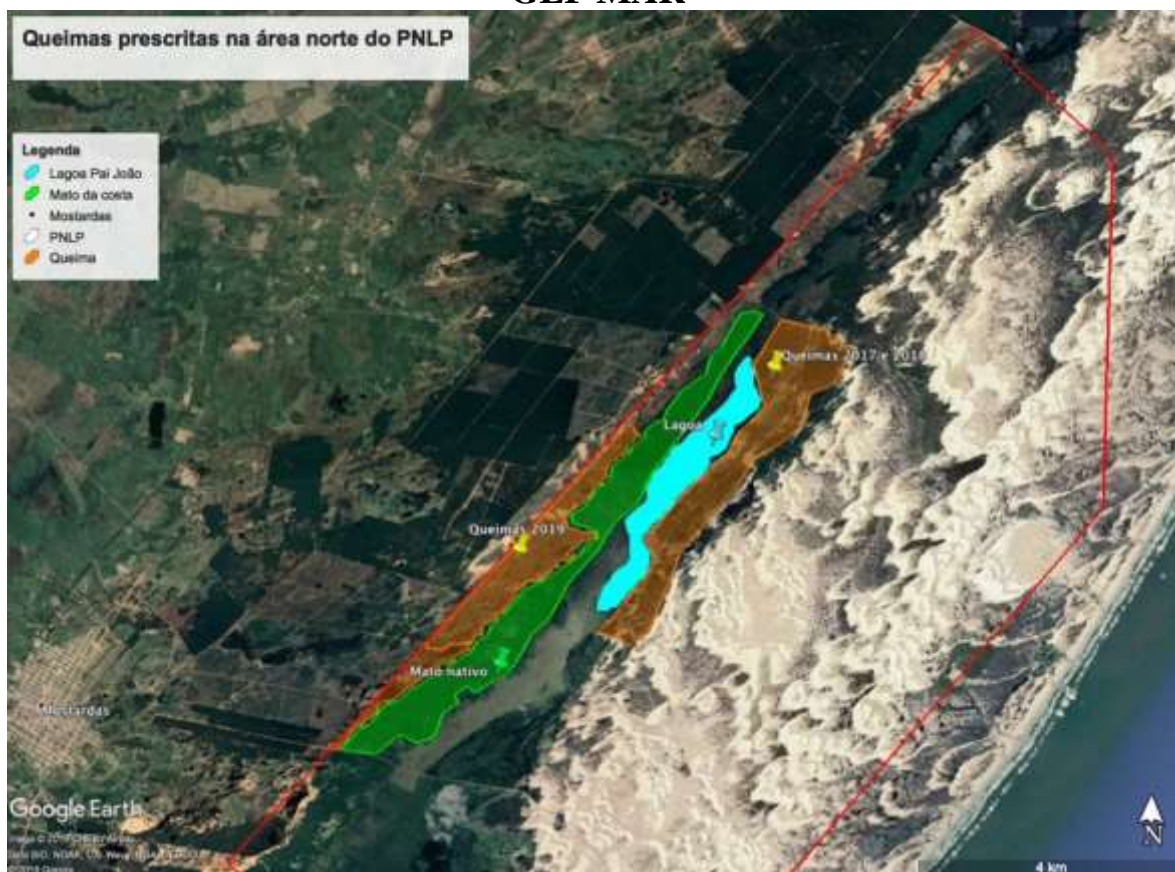


Figura 1- Áreas de pinus colhidas e posteriormente manejadas com queima prescrita, no norte do PNLP

A queima prescrita é uma técnica que tem sido usada para auxiliar na recuperação das antigas áreas de silvicultura de pinus, em virtude dos seguintes benefícios:

- Redução dos resíduos da colheita do pinus, o que ajuda a expor o banco de sementes nativas à luz, favorecendo sua germinação;
- Aumento da germinação e rebrota de plantas nativas, consequência direta do item anterior;
- Eliminação de grande parte das plantas jovens de pinus que haviam nascido após a colheita;
- Redução significativa da germinação de novas plântulas de pinus, o que se explica pela inviabilidade das sementes devido a exposição à em temperaturas altas.

Ocorre que não foi possível manejar com queima prescrita todas as áreas colhidas, vemos no mapa da Figura 2, um polígono mostrando regeneração de pinus e localizado imediatamente ao norte da área que foi manejada com fogo no ano de 2019. Trata-se de uma área que foi colhida no primeiro leilão promovido pelo ICMBio e que não foi manejada desde então. Atualmente existe neste local, árvores com diâmetro à altura do peito, de valor médio de 10cm e altura média de 4 metros (valores aproximados, não foi feito nenhum levantamento técnico, apenas observação visual).

PROJETO ÁREAS MARINHAS COSTEIRAS PROTEGIDAS GEF MAR



Figura 2- Polígono mostrando a área de pinus em que se pretende fazer corte raso

Vemos abaixo fotos feitas no dia 11/09/2023 mostrando as árvores jovens existentes.



Figura 2- Pínus jovens na área em questão

PROJETO ÁREAS MARINHAS COSTEIRAS PROTEGIDAS GEF MAR



Figura 3- Árvore jovem que já está produzindo sementes



Figura 4- Detalhe mostrando os cones de sementes da árvore acima

PROJETO ÁREAS MARINHAS COSTEIRAS PROTEGIDAS **GEF MAR**

A observação de campo mostrou que poucos indivíduos estão produzindo sementes, e faz-se necessário executar o corte raso antes que aumente essa produção e disseminação de sementes da exótica invasora.

Foram feitas também, fotos utilizando o drone, mostradas a seguir.



Figura 5- Foto de drone, mostrando a partir da ponta norte do polígono



Figura 6- Foto de drone, mostrando a partir da parte média do polígono

PROJETO ÁREAS MARINHAS COSTEIRAS PROTEGIDAS GEF MAR

2. Objetivo

Fazer corte raso de todos os indivíduos de *Pinus sp*, contidos no polígono mostrado no mapa da figura 2. O polígono será disponibilizado em arquivo KML e GPX, **bem como será oportunizado aos interessados fazer uma visita técnica na área.**

3. Justificativa

Dar continuidade ao Plano de Erradicação da espécie exótica *Pinus sp*, e impedir que todos os pinus do polígono em questão atinjam a idade de produção e dispersão de sementes.

4. Descrição das Atividades

Fazer o corte raso, de todos os indivíduos da espécie *Pinus sp*, contidos nos 32 hectares do polígono mostrado nos mapas acima. O trabalho deve iniciar pela ponta norte do polígono, para que seja completado primeiramente o corte das áreas mais densas, sempre seguindo às orientações dos responsáveis técnicos. Não será de responsabilidade da CONTRATADA remover os resíduos florestais produzidos após o corte raso. Estes ficarão no solo para decomposição natural ou tratamento com queima prescrita.

5. Produtos

Os produtos constarão em relatórios de medições mensais, ao longo da vigência do contrato, com foto georreferenciada de drone mostrando a área cortada, conforme consta na Tabela 1. Os relatórios deverão conter minimamente os seguintes itens:

- a) Período de corte;
- b) Mapa georreferenciado mostrando o tamanho da área (hectares) que foi cortada;
- c) Foto feita com drone, possibilitando visualizar por inteiro o polígono do mapa acima citado;
- d) Assinatura do servidor responsável pela medição;
- e) Assinatura do chefe da UC.

PROJETO ÁREAS MARINHAS COSTEIRAS PROTEGIDAS GEF MAR

6. Cronograma de execução

A execução do serviço deve iniciar pela ponta norte do polígono, e avançando de modo linear. As medições, no formato de relatórios de medição serão feitas pelos responsáveis técnicos (Tópico 9). Os pagamentos serão realizados após a validação dos relatórios entregues, mediante preenchimento do Termo de Recebimento e Aceite (TRA).

Tabela 1 - Cronograma de execução do contrato

Produtos	Prazo de entrega ⁽¹⁾	Prazo de validação ⁽²⁾	% de pagamento ⁽³⁾
1	em até 30 dias	em até 5 dias úteis	25%
2	em até 60 dias	em até 5 dias úteis	25%
3	em até 90 dias	em até 5 dias úteis	25%
4	em até 120 dias	em até 5 dias úteis	25%

⁽¹⁾ dias em relação à assinatura do contrato ou emissão do pedido de compra;

⁽²⁾ dias em relação à entrega do produto (relatório de medição)

7. Responsabilidades da equipe técnica (ICMBio)

- ✓ Fazer o acompanhamento do serviço, vistoriando previamente a área, junto com o representante da empresa;
- ✓ Elaborar os relatórios de medição das áreas cortadas, convocando sempre o representante da empresa a participar da medição;
- ✓ Fiscalizar o uso correto dos EPIs e condições de trabalho;
- ✓ Encaminhar os relatórios de medição para o FUNBIO, autorizando o pagamento das notas fiscais.

8. Responsabilidades da contratada

- ✓ Realizar os serviços com equipamentos e EPIs próprios e adequados para o tipo de atividade;
- ✓ Fornecer semanalmente o cronograma de trabalho para o gestor/responsável pelo acompanhamento das atividades;
- ✓ Alimentação, deslocamento, equipamentos e todos os custos operacionais são responsabilidade da contratada;



PROJETO ÁREAS MARINHAS COSTEIRAS PROTEGIDAS GEF MAR

- ✓ As motosserras devem conter registro e os operadores obrigatoriamente devem apresentar certificado de curso de operador;

9. Qualificação

- ✓ A empresa contratada deve comprovar, no mínimo, 1 ano de experiência com atividades de silvicultura;